



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

PROPOSTA DE MOÇÃO Nº ____, DE ____ DE MAIO DE 2009

Recomenda aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos promover e articular ações para o combate à clandestinidade na construção de poços e exploração das águas subterrâneas

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e pela Lei n.º 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto n.º 4.613, de 11 de março de 2003 e pelo Regimento Interno, e:

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que as Águas Subterrâneas incluem-se entre os bens dos Estados, conforme artigo 26, inciso I, da Constituição Federal;

Considerando o art. 9º da Resolução CNRH nº15, de 11 de dezembro de 2002, que trata do cadastro das empresas perfuradoras de poços tubulares profundos junto aos Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA's e órgãos Estaduais de gestão de Recursos Hídricos;

Considerando que no processo de formulação e implementação de políticas públicas deve ser observado que a água é um bem natural limitado, de domínio público, essencial à vida e ao desenvolvimento sustentável;

Considerando a existência de atividades de construção de poços para captação e uso das águas subterrâneas, em desacordo com as normas técnicas e legais e seus conseqüentes impactos negativos;

Considerando a existência de exploração clandestina das águas subterrâneas, em todo o território nacional;

Considerando que são objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade da água em padrões de qualidade e quantidade adequadas;

Considerando que os municípios têm competência específica para o disciplinamento do uso e ocupação do solo;

Considerando que a exploração inadequada das águas subterrâneas pode resultar na alteração indesejável de sua quantidade e qualidade;

Considerando ainda que a exploração das águas subterrâneas pode implicar na redução da capacidade de armazenamento dos aquíferos, na redução das descargas básicas aos corpos de água superficiais e na modificação da direção dos fluxos naturais nos aquíferos;

Considerando a necessidade da regularização técnica e legal dos poços para a implementação do enquadramento dos recursos hídricos subterrâneos, conforme disposto na Resolução CNRH nº 91, de 05 de novembro de 2008; e

Considerando que poços tubulares são obras de engenharia e, portanto necessitam de responsável técnico;

Aprovar moção dirigida aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, para em articulação com os órgãos Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos, com os órgãos fiscalizadores de saúde pública e tributária e com os Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA's implementar ações de combate à clandestinidade na construção de poços e exploração das

águas subterrâneas

CARLOS MINC BAUMFELD
Presidente

VICENTE ANDREU GUILLO
Secretário Executivo